

**DEMOCRACIA REPRESENTATIVA
OU DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:
ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE
DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Augusta Porto Avalle
augusta.avalle@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o discurso de posse do presidente do Brasil eleito em 2006. Tal pesquisa insere-se em um conjunto de estudos de Análise do Discurso de linha francesa. Com base enunciativa, as pesquisas realizadas nessa perspectiva focalizam os papéis das pessoas do discurso, as relações que mantêm entre si a partir do texto e também de uma exterioridade que cria uma situação de comunicação e é reencenada pelo discurso.

O objetivo da pesquisa é analisar marcas lingüísticas que indiquem modos de instituição de um lugar discursivo que justifique a atuação do presidente e legitime seu papel como líder. Como desdobramento e conseqüência dessa análise, discutem-se sentidos atribuídos à questão da democracia representativa e da democracia participativa.

Para fundamentação teórica são utilizadas as categorias lingüísticas de análise discursiva enunciativa de Maingueneau (2004), as características do discurso político de Charaudeau (2006) e, para contextualização, os debates sobre democracia representativa, participativa e populismo (Lima, 2007; Magalhães, 2003; Sant’Ana Pedra, 2002; Dorna, 2003).

DEMOCRACIA, DISCURSO E HISTÓRIA

No ano de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito no Brasil. No início de seu discurso de posse em Brasília, o governante recapitula sua primeira vitória nas urnas e se apresenta como “resultado de um poderoso movimento histórico” do qual se sente “humilde instrumento” (Silva, 2006). Em nossa breve análise,

ANÁLISE DO DISCURSO

nos detemos nas condições de produção desse discurso, inclusive em certo “movimento histórico” que o próprio presidente retoma para justificar e legitimar por meio de sua enunciação a sua posição de “humilde instrumento” da política brasileira.

Levamos em conta a questão que alguns estudiosos da Ciência Política apontam como crise da democracia representativa e emergência da democracia participativa (Lima, 2007; Magalhães, 2003; Sant’Ana Pedra, 2002). O presidente, em seu discurso, esboça uma réplica a essa crise, o que é sintomático da atualidade do tema.

A base dessa questão está assentada num processo histórico caracterizado pela mudança do papel das classes sociais no jogo político do Estado, ao longo do século XX, “com a ampliação do direito do voto, o bem-estar social tornou-se tão interessante para os governantes quanto sempre fora a guerra” (Minogue, 1998, p. 135).

Em nome de uma sociedade perfeitamente justa, propõe-se que a democracia representativa é uma deformação, um anacronismo, pois representa apenas uma modalidade de democracia praticada na *ágora* ateniense, com poucos cidadãos. Não correspondendo, então, ao imperativo do Estado moderno atual, como é o caso do Brasil. Conforme (Lima, 2007; Sant’Ana Pedra, 2002), os Estados contemporâneos acenam para uma democracia participativa na qual os cidadãos são sujeitos ativos e protagonistas de seu próprio destino.

Em meio ao indício de uma desestabilidade da democracia representativa, é relevante abrir um parêntesis para alguns processos históricos latino-americanos recentes que indicam uma transformação de compromisso, ou seja, “o redesenho estrutural da sua sociedade e suas relações de poder cederam lugar a um leque mais moderado de iniciativas de mudança”²³ (Vilas, 2005, p. 89). Assim, o Estado reformista da América do Sul se orienta a “dotar a democracia representativa de eficácia política para converter em ações do gover-

²³ No original: “(...) un rediseño estructural de la sociedad y sus relaciones de poder ha cedido paso a un arco más medurado de iniciativas de cambio.”

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

no as aspirações populares e de grande parte das classes médias a uma qualidade de vida mais satisfatória”²⁴ (Vilas, 2005, p. 89).

Nesse panorama, enfatiza-se a recomposição da democracia representativa no sul do continente americano devido a um passado de ditaduras militares, guerras civis, revoluções e terrorismos de estado.

Portanto, compreende-se que, como consequência de um histórico anti-democrático e também da vertente política moralizante atual, existe uma tensão entre consolidar o estabelecimento da democracia representativa □ assim como sua legitimidade □ e a ascensão de uma demanda pela democracia participativa em função dos atributos atuais da política do Estado contemporâneo, como promotor da justiça social, bem-estar e bastião da moral humana.

Uma vez cartografada a discussão, justificamos a escolha do discurso de posse como espaço de encenação e legitimação de uma postura de ação política e de instauração de imagens de presidente, Estado, nação, povo que referendam e modulam a idéia de democracia representativa e democracia participativa.

O DISCURSO POLÍTICO COMO GÊNERO

Por tratar-se de um campo tradicionalmente abordado pelos estudos discursivos é pertinente adotar alguns pontos mencionados por Charaudeau (2006).

Para o autor, é possível determinar “as questões da *ação política*, de sua finalidade e de sua organização; as *instâncias* que são partes interessadas nessa ação; os *valores* em nome dos quais é realizada essa ação” (Charaudeau, 2006, p. 16)

O autor chama a atenção para as relações de força existentes e na necessidade do ato de linguagem agir sobre o outro. Para que isso ocorra, cada sujeito deve ser reconhecido ocupando determinadas

²⁴ No original: “(...) dotar a la democracia representativa de eficacia política para convertir en acciones de gobierno las aspiraciones populares y de gran parte de las clases medias a una más satisfactoria calidad de vida.”

ANÁLISE DO DISCURSO

posições de dominante ou dominado. A autoridade ou dominação se estabelece se há “uma ameaça ou possibilidade de gratificação” (Charaudeau, 2006, p. 17). Nessa relação de poder pactada se constrói o vínculo social que legitima o discurso.

A ação política está em uma relação recíproca com o discurso. A primeira é a responsável pela organização da vida social tendo em vista ao bem comum a partir da suposição de que existe um agente decisório que elabora um projeto com um fim a atingir e engaja-se na sua concretização. Esse projeto, que deve ser comum, é elaborado por um discurso. Charaudeau põe em relevância a existência de “um espaço de discussão onde se elabore esse projeto comum” (2006, p. 18). Desse modo, a ação política depende de um espaço de discussão.

Em jogo na ação política, apresentam-se “instâncias” com papéis definidos: a “instância política”, a que realiza a ação efetivamente, e a “instância cidadã”, a que escolhe os representantes do poder (Charaudeau, 2006, p. 18). Segundo ele, existe uma contradição instalada na instância política, pois ela é responsável pela realização da ação política, mas foi escolhida pela instância cidadã que, por sua vez, desconhece as regras de funcionamento do Estado. Para que conquiste o consentimento da instância cidadã, o espaço de discussão por vezes cede lugar a um espaço de persuasão, na qual se lança mão de “argumentos da razão e da paixão” (Charaudeau, 2006, p. 19).

Retomando a questão do espaço de discussão, Charaudeau (2006, p. 20) afirma a existência de “valores” que devem ser coletivos já que se visa à organização da vida social. A definição desses “valores” após a discussão social deve ser assegurada pela ação política que atua em nome de entidades abstratas (Estado, República, Nação) que pairam sobre o indivíduo e garantem seus direitos e deveres.

A importância do discurso, nesse processo, é assim resumida por Charaudeau (2006, p. 21): “É pela existência dos espaços de discussão e de persuasão, lugares de construção dos valores dos quais dependem a ação, que o campo político é, como diz Augé, ‘o governo da palavra’”. Em nossa análise, vemos como o espaço de persuasão é instituído para convencer a instância cidadã do fundamento das promessas; como o espaço de discussão é encenado para que se definam os meios e os fins da ação política e, finalmente, como o espaço

da ação organiza e coordena as tarefas a serem executadas ou promulgadas por meio de leis ou decretos.

A seguir, explica-se a necessidade de uma análise discursiva no campo da política.

Análise do discurso político

De maneira diferente de outras ciências, como a Filosofia Política, a Ciência Política e a História, que se preocupam com a “emergência de uma racionalidade política” ou com a “regulação dos fatos políticos” (Charaudeau, 2006, p. 37). Ao debruçarem-se sobre textos dessa esfera da atividade, a análise do discurso tem como finalidade “revelar o que é a realidade do poder, este sendo, para alguns, essencialmente uma questão de ação, tendo, portanto, necessidade de mostrar que não poderia haver ação política se não houvesse discurso que a motivasse e lhe conferisse sentido” (Charaudeau, 2006, p. 39).

POR QUE O DISCURSO DE POSSE?

Tendo em vista uma abordagem enunciativa da análise do discurso, nos preocupamos com as condições de produção, com algumas regras norteadoras que permitiram o surgimento desse discurso e não de outros, partindo de um horizonte de escolhas forjadas historicamente, ideologicamente e por um contexto social.

No campo da política, o discurso de posse é lugar discursivo privilegiado para a afirmação da representatividade conquistada legitimamente por meio de eleições diretas. Além disso, está envolvido numa ritualística que corresponde à cerimônia do início do mandato presidencial. Esse aspecto não pode ser menosprezado, pois conforme explica Charaudeau (2006, p. 42) a respeito do discurso, “ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação do seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação”.

Sena (1997, p. 13) assinala a singularidade do discurso de posse de um presidente fazendo referência a duas características apontadas por Dugaich (1993): 1- O discurso é mais passível de críti-

ANÁLISE DO DISCURSO

cas e análises porque ocorre fora do espaço de uma disputa; 2- “O universo heterogêneo dos interlocutores exige que seu poder de interpelação seja redobrado”, voltando-se também para opositores.

Nas “circunstâncias de comunicação” do discurso de posse, há uma cenografia discursiva²⁵, relativa a um espaço-tempo, que ratifica a importância histórica e simbólica para a democracia do país.

O presidente-locutor (aquele que fala) ocupa uma posição de destaque num púlpito elevado, há a presença de autoridades relacionadas ao governo, o ex-presidente que lhe veste a faixa presidencial, a população está presente não só na cena da enunciação, mas também como espectadora por intermédio da televisão e rádio.

Colocados em conjunto, esses elementos formam um mosaico de sentidos, um “material semiótico” (Bakhtin, 1992, p. 37) que fornece caldo substancioso para a análise empreendida.

Outro fator motivador para a escolha do discurso de posse, particularmente no nosso caso, o da reeleição do presidente Lula, é a reiteração de uma posição discursiva firmada anteriormente, por vezes uma atenuação, e também a presença de promessas que são postuladas como legítimas, não só para o presidente como representante da vontade geral do povo, mas também como para certo tipo de interlocutor encenado discursivamente pelo presidente-locutor, o que vemos adiante.

MÃO NA MASSA □ A ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE

Focaremos o emprego das pessoas em nossa investigação porque privilegiamos a construção do *ethos*. Começamos a análise analisando a imagem de enunciador que o locutor constrói e, em seguida, passamos aos co-enunciadores e coenunciadores.

²⁵ Maingueneau (2004, p. 87) coloca que a cenografia “é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra”.

O enunciador

No decorrer do discurso, o presidente-locutor aparece como enunciador (o que se vê pelo discurso) tanto na 1ª pessoa do singular, difuso na 1ª pessoa do plural e até mesmo como 3ª pessoa do singular.

Ao narrar sua trajetória pessoal, o presidente afasta-se do enunciador que se torna uma espécie de “eu-lírico”. É apresentado na 3ª pessoa do singular, por meio de designações que buscam uma certa empatia com o co-enunciador trabalhador humilde, uma cooptação da instância cidadã. É o que temos em:

“um homem nascido na pobreza” (2º parágrafo)
“um retirante” (2º parágrafo)

Como explica Charaudeau (2006, p. 113), baseado na concepção aristotélica, o *ethos*, “enquanto *tekhné*, (...) é o que permite ao orador parecer ‘digno de fé’, mostrar-se fidedigno ao fazer prova de (...) simplicidade sincera”. Um presidente com origens modestas e que alcança um alto cargo no governo é, portanto, “digno de fé”. A pessoa social é legitimada pelo *ethos* de simplicidade e pelo estatuto conferido por sua posição de presidente eleito pela maioria.

Enquanto que na expressão do “eu” pela 3ª pessoa, o que se busca é uma anulação da individualidade e identificação com o cidadão comum, nos casos em que está na 1ª pessoa do singular, o “eu” se manifesta por meio da conjugação verbal, nota-se a preocupação pela imagem da qual se travestirá o locutor a partir do que diz:

“Sou igual naquilo que mais prezo” (3º parágrafo)
“Sou diferente na consciência madura” (3º parágrafo)
“Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer” (3º parágrafo)
“Sou diferente na experiência acumulada” (3º parágrafo)

O toque estilístico das designações contrárias □ “igual” e “diferente” □ deixa transparecer a expressão do sujeito, a subjetividade e, portanto, a carga emotiva do enunciador. Esse caráter apaixonado afina-se com a personalidade do “homem providencial carismático”²⁶, com “a energia contagiosa, (...) o jogo da sedução, do contato direto e caloroso, o que permite mobilizar e organizar um povo re-

²⁶ No original: “(...) hombre providencial carismático”

ANÁLISE DO DISCURSO

signado, mas enfurecido”²⁷. (Dorna, 2003) característica do populismo²⁸.

Em outras aparições do “eu”, o reforço de um enunciador que se legitima por meio de seu estatuto de pessoa social de origem simples e homem de palavra e, portanto, digno de ocupar sua posição social e discursiva no contrato estabelecido:

“jamais esquecer de onde vim” (11º parágrafo)
“quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo” (14º parágrafo)

Também demonstra que, ao empregar a 1ª pessoa, reveste-se de uma imagem de presidente responsável e ciente dos compromissos e promessas assumidos no passado. O enunciador na 1ª pessoa traz para si o papel de fiador do discurso e antecipa a voz de possíveis opositores:

“não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil” (13º parágrafo)
“Tenho plena consciência” (13º parágrafo)
“Sei que (...) cabe-me corrigir” (13º parágrafo)

Já mencionamos que o enunciador muitas vezes utiliza-se de argumentos de paixão para provocar a adesão à sua palavra e que, por isso, o espaço de discussão dá lugar ao espaço de sedução e persuasão. É o que fez ao insistir na origem simples, nas promessas anteriores e dizer-se portador de “coragem” e “ímpeto”. Seduz por seu *ethos* simples e persuade por seu *ethos* sério, responsável.

Quanto à presença da 1ª pessoa do plural, faz-se necessário distinguir o uso de “nós” em três categorias de análise:

1- Exclusivo: O locutor refere-se a si mesmo e a uma terceira pessoa, mas há um afastamento entre eles, preservando uma relação hierárquica;

2- Inclusivo: Existe uma relação de igualdade entre locutor e interlocutor, que é incluído na enunciação do locutor;

²⁷ No original: “ (...) la energía contagiosa, (...) el juego de la seducción, del contacto directo y caluroso, lo que permite movlizar y organizar a un pueblo resignado, pero enfureido.”

²⁸ Entendemos populismo sem o caráter estereotipado, pitoresco, mas sim como “forma direta de chamar as ‘massas’, cuja natureza, intenções e conseqüências resultam de uma apreciação ideológica” (Dorna, 2003)

3- Inclusivo estratégico: Um recurso discursivo de “aparência globalizante”. (Sena, 1997, p. 101)

O “nós” exclusivo está presente em:

“Criamos mais de 100 mil empregos” (8º parágrafo)
“Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro” (17º parágrafo)
“estaremos lançando” (17º parágrafo)
“Continuaremos dando prioridade” (19º parágrafo)
“Como fizemos no nosso primeiro mandato” (32º parágrafo)

Nesses enunciados, há um “eu” ampliado, “eu + a equipe do governo” e não o “eu + interlocutor”. O “nós” não é efetivamente uma coleção de “eu”, trata-se de “um eu expandido para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos” (Gallimard *apud* Maingueneau, 2004, p. 127).

Não é o efeito de sentido criado pelo “nós inclusivo” que encontramos em:

“Graças ao esforço de todos nós” (30º parágrafo)
“Temos um gigantesco desafio” (29º parágrafo)

A relação de igualdade estabelecida entre locutor e interlocutor nesses dois fragmentos sugere uma estratégia de proximidade com a democracia participativa, pois nesta todos têm a responsabilidade pelas ações políticas e sociais, caminhando para a máxima de *governo do povo, pelo povo e para o povo*.

A materialização da tensão entre democracia representativa e participativa, uma provável resposta aos porta-vozes da crise entre essas duas modalidades de governo, é dissipada no enunciado do 36º parágrafo: “As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam”. Essa afirmação é coerente com o *ethos* moderado e preocupado eticamente com o bem comum e com a justiça social.

O “nós inclusivo estratégico” é o que mais se coaduna com o *ethos* de um presidente da democracia representativa, já que “valendo-se de uma espécie de contrato enunciativo tácito, o locutor delega a si próprio a prerrogativa de representação da coletividade” (Sena, 1997, p. 101). É construído discursivamente nos seguintes enunciados:

“Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas

ANÁLISE DO DISCURSO

práticas políticas” (34º parágrafo)
“Temos de construir consensos” (34º parágrafo)
“Precisamos de um sistema político” (34º parágrafo)

Nesse último caso de “nós”, a instância política trata de englobar a instância cidadã numa aparência de ação conjunta, embora o enunciado diga respeito muito mais ao locutor presidente do que ao enunciador “nós” forjado pelo discurso.

Voltando ao “eu” que se manifesta na 1ª pessoa do singular, assim como o faz no início, o presidente-locutor faz-se ver por um enunciador que dialoga com Deus. A evocação de uma entidade abstrata e superior que se coloca no mesmo nível de fala de seu locutor fornece uma imagem missionária do presidente. Traz ao seu discurso um Outro divino e inatingível que, em vez de conceder-lhe as graças pedidas, impõe-lhe obstáculos. O enunciador reveste-se de uma aura de mártir, uma espécie de interlocutor de Deus à semelhança de Jesus Cristo e, como ele, humilde: “Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava” (último parágrafo).

Co-enunciadores e coenunciadores

O discurso do presidente Lula interpela seus interlocutores com o tratamento “Minhas Senhoras e Meus Senhores”. Essa fórmula social corresponde ao “tu” co-enunciador que ganha contornos mais nítidos, se materializa, quando o afrontamos com o “eu” enunciador e com as vozes trazidas ao discurso (coenunciadores).

Segundo o princípio de alteridade proposto por Charaudeau (2006, p. 16), “o sujeito não cessa de trazer o outro para si” e “apenas pode definir-se em relação ao outro”. Se numa democracia representativa, o presidente é aquele que exerce o poder em nome do povo, pelo povo e para o povo, Lula reforça seu estatuto de representante legítimo pela via da identificação com o “trabalhador brasileiro”, com “as camadas mais pobres da população”, ou seja, com sua origem, a qual assevera jamais esquecer.

Dessa forma, o *ethos* engendrado pelo enunciador, que por sua vez delimita a fronteira do *ethos* do co-enunciador, é cimento da construção discursiva de uma imagem populista. Assim esclarece Dorna (2003), “o chamado populista se dirige a todo o povo, a todos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

aqueles que suportam em silêncio as injustiças e a miséria. Neste chamado há a invocação a grandes ações coletivas e a valores compartilhados. Aí reside sua força emocional e componente racional”²⁹. Enunciados que corroboram o dito acima e que deflagram a imagem discursiva do co-enunciador alvo da agenda política presidencial são:

“O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece” (8º parágrafo)
“mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisamos” (11º parágrafo)
“Ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos” (13º parágrafo)
“O povo fez uma escolha consciente” (42º parágrafo)

Apesar da aparência que pode provocar, é interessante frisar que o enunciador antecipa-se a responder àqueles que o rotularam como populista e não concorda com esse termo para designar seu governo e prefere o “popular”. Essa postura revela uma concepção de populismo estereotipada e pejorativa, relacionada a ditaduras, nacionalismo agressivo e até mesmo fascismo. Portanto, torna-se oportuno salientar que compreendemos o fenômeno populista como o “sintoma de uma situação de crise institucional e representativa, que pode dar-se dentro de sistemas e correntes políticas muito diversas e que costuma ter um caráter transitório”³⁰ (Dorna, 2003).

A recusa da “pecha” populista parece explicar-se por uma inclinação a um governo moderado e pragmático, sem definições ideológicas rígidas e, também, desvinculado de um excesso burocrático tradicionalmente relacionado aos Estados nacionalistas extremados, o que percebemos em:

²⁹ No original: “El llamado populista se dirige a todo el pueblo, a todos aquellos que soportan en silencio las injusticias y la miseria. Hay en este llamado la invocación a las grandes acciones colectivas y a los valores compartidos.”

³⁰ No original: “(...) síntoma de una situación de crisis institucional y representativa, que puede darse dentro de sistemas y corrientes políticas muy diversas y que suele tener un carácter transitorio.”

ANÁLISE DO DISCURSO

“devemos articular cada vez melhor a política macro-econômica com uma política social” (21º parágrafo)
“nossa política social, que nunca foi compensatória e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural” (21º parágrafo)
“implantação de vigorosas medidas de desburocratização” (20º parágrafo)

A posta em cena de programas “populares”, que fazem parte de políticas sociais criadas em seu governo anterior, garante os “*ethé* de credibilidade” que, segundo Charaudeau (2006, p.119), “repousa sobre um poder fazer, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder”.

Desse modo, a menção aos programas “Fome Zero”, “Programa de Aceleração do Crescimento”, “Programa Luz para Todos”, “FUNDEB” e “ProUni” atesta que o enunciador, além de ser digno de fé (legítimo), também é digno de crédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intuito de tentar identificar a tensão entre formações discursivas que se aproximassem dos conceitos de democracia representativa e participativa resultou profícuo, pois, a partir da seleção de marcas de pessoa e de algumas designações, podemos identificar os *ethé* relacionados ao poder representativo, como o populista ou popular, e as inclinações a um poder participativo, no qual a decisão do povo é soberana. Ainda que, cabe enfatizar, há um claro predomínio da primeira.

A cenografia discursiva montada e a situação de comunicação (a posse) politizam o discurso do presidente e fornecem as condições que nos permitiram situar o *ethos* do enunciador e do co-enunciador “na aparência do ato de linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender” (Charaudeau, 2006, p. 114).

Como analista do discurso, o que se viu e se entendeu foi a imagem de um enunciador populista-popular, moderado, reformista, digno de fé por sua origem humilde e digno de crédito por sua comprovação de poder fazer. Utiliza-se de argumentos apaixonados, com os quais se trasveste de características valorizadas pelos cidadãos (“coragem”, “ímpeto” e “vontade”, por exemplo) e se dirige a um co-enunciador supostamente pluriclassista. No entanto, seu alvo so-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cial e discursivo são as camadas mais baixas com a qual se identifica, por vezes até mesclando sua instância política com a instância cidadã.

A pesquisa deixa em aberto a análise do discurso de posse utilizando-se de outras questões teóricas e mecanismos lingüísticos de interpretação à disposição dos analistas, assim como uma discussão sobre o papel da ideologia no discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DORNA, Alexandre. *¿Hay que tenerle miedo al populismo?* Disponível em:

http://www.eldiplo.org/resumen.php3?numero=53&resumen=53/R_02_34. Acessado em: 15 de julho de 2007.

LIMA, Henrique. *Crise das instituições na América Latina*. Disponível em: <http://www.ufpe.br/new/visualizar.php?id=5221>. Acessado em: 03 de julho de 2007.

MAGALHÃES, J. L. *Crise da democracia representativa: O paradoxo do fim da modernidade*. Disponível em:

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4828>. Acessado em: 03 de julho de 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MINOGUE, Kenneth. *Política: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANT'ANA PEDRA, Anderson. *Democracia representativa*. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3795>. Acessado em: 14 de julho de 2007.

SENA, Odenildo Teixeira. *De Fernando a Fernando: As teias ideológicas do poder*. Tese de doutorado, PUC-SP, 1997.

ANÁLISE DO DISCURSO

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso de posse*. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/noticias/destaques/.arquivos/Discurso_posseLula/view?searchterm=discurso%20de%20posse. Acessado em: 04 de julho de 2007

VILAS, Carlos. *La izquierda latinoamericana y el surgimiento de regímenes nacional-populares*. Disponível em: <http://www.nuso.org/revista.php?n=197>. Acessado em: 12 de julho de 2007.